



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

CONTRATO Nº 91/2019 – CASAL.
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE
ALAGOAS - CASAL e o SR. MARCOS
ANTÔNIO FERREIRA DE MELO.

Pelo presente, celebram instrumento particular de contrato de locação de imóvel, não residencial, de um lado, a COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Sociedade de Economia Mista Estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura, sediada na Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceió/AL, doravante, denominada simplesmente CASAL, inscrita no CNPJ sob o nº 12.294.708/0001-81.

I - LOCATÁRIO: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL - neste ato, representada por seu Diretor Presidente **WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR**, brasileiro, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 091.578.673-72 e pelo Vice-Presidente de Gestão Corporativa **VICTOR VIGOLVINO FIGUEIREDO**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 052.139.904-10, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

II - LOCADOR: O Sr. **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DE MELO**, inscrito no CPF sob o nº 939.171.634-20, RG nº 1105285 SSP/AL, residente e domiciliado na Av. Domingos Leite, nº 365, Centro, Cacimbinhas /AL.

III - DA MINUTA PADRÃO DO CONTRATO: Este contrato foi elaborado conforme a minuta de contratos padronizados e aprovados pela Gerência Jurídica – GEJUR; Superintendência Jurídica – SUJUR da CASAL, por meio do Protocolo nº 10.402/2018, de acordo com o disposto no art. 32, inciso I, da Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CASAL.

FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: A presente contratação decorre da dispensa de licitação, devidamente autorizada pelo Diretor Presidente da CASAL, com base no Art. 29, inciso V, da Lei nº 13.303/2016 e Art. 149, inciso V do RILC/CASAL. Aplica-se ao presente instrumento a Lei 8.245/1991 e suas alterações, inclusive quanto aos casos omissos, e, somente de modo subsidiário, no que for compatível a Lei nº 13.303/2016 e demais regulamentos e normas administrativas, federais e estaduais que façam parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições, tudo conforme consta no Processo Administrativo, Protocolo nº 8259/2019, C.I. Nº 143/2019 – U.N. Bacia Leiteira, obrigando as partes de acordo com as cláusulas e condições, a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a locação de imóvel, situado à Av. Domingos Leite, nº 03, Centro, Cacimbinhas /AL.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente deste contrato terá a seguinte classificação orçamentária:

- a) Unidade Orçamentária 131.200 – Unidade de Negócio Bacia leiteira;
- b) Grupo de Despesa 300.000 – Serviços de Terceiros;
- c) Rubrica 307.319 – Aluguel de Imóveis.

2.1. O valor para este contrato está registrado na Solicitação de Compras nº1469.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL: O imóvel objeto deste instrumento é de propriedade do locador, locado exclusivamente para servir para acomodação e funcionamento do Núcleo de Atendimento da CASAL na cidade de Cacimbinhas, não podendo sua destinação ser alterada, substituída ou acrescida de qualquer outra, sem prévia e expressa anuência do LOCADOR.

3.1. Fica vedado, outrossim, a sublocação, cessão ou transferência deste contrato, bem como o empréstimo, parcial ou total do imóvel locado, que dependerão também, de prévia e expressa anuência do LOCADOR.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

4.1. Por força do disposto no art. 93 do RILC/CASAL, na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento considerando-se os dias consecutivos.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência deste contrato não poderá sob nenhuma circunstância ser prorrogado.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR: O valor anual do contrato durante os 12 (doze) meses de sua vigência fica estabelecido em R\$ 5.172,00 (cinco mil, cento e setenta e dois reais) e o valor mensal do aluguel é de R\$ 431,00 (quatrocentos e trinta e um reais).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE: Durante os primeiros 12 (doze) meses, o valor anual do contrato é fixo e irrevogável.

7.1. Após esse prazo, o valor anual do contrato pode ser reajustado a cada aniversário pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a sucedê-lo, sendo que, se houver deflação deste índice, permanecerá o valor da locação que estiver em vigor, até novo reajuste.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO: O valor do aluguel mensal será pago ao LOCADOR, até o último dia útil de cada mês, contando o prazo a partir da data da contratação.

8.1. Nenhum pagamento será feito sem que o CONTRATADO tenha recolhido o valor da multa eventualmente aplicada.

8.2. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à contratada, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras, não acarretando ônus para a CASAL.

8.3. Os pagamentos serão efetuados através de depósito/transferência bancária em conta corrente informada pelo LOCADOR: Banco: Banco do Brasil, Agência: 1280-7, C/C: 38016-4

9. CLÁUSULA NONA – DA LOCAÇÃO: Se durante a vigência deste contrato, o imóvel locado, for alienado ou transferido, o adquirente, qualquer que seja, ficará obrigado a respeitar o presente contrato, em todas as suas cláusulas e condições;

9.1. No caso de desapropriação do imóvel locado pelos poderes públicos, ficará o LOCADOR desobrigado por todas as cláusulas deste contrato, ressalvada a CASAL tão somente, a faculdade de haver do poder desapropriante, indenização a que porventura tiver direito.

9.2. As despesas de água, esgoto e energia, serão arcadas pela CASAL, no período correspondente à vigência do contrato (Art. 23, VIII da Lei 8.245/91);

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO: Por força deste instrumento fica determinado que o empregado, **DYEGO ALEIXO DE BARROS GOMES**, matrícula 2246, inscrito no CPF sob o nº 051.656.764-04, fará a gestão do presente contrato, zelando pelo seu cumprimento.

10.1. Fica estabelecido que na ausência do empregado acima nominado por qualquer motivo, a gestão do presente contrato será feita por empregado nomeado pelo Vice-Presidente de Gestão Corporativa, através de Ordem de Serviço.

10.2. As obrigações do Gestor do contrato estão dispostas na Norma Interna de Gestão de Contratos vigente na CASAL e no art. 203 a 206 do RILC/CASAL

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO: O LOCATÁRIO obriga-se a:

- Não fazer modificações, nem transformações no imóvel, sem autorização escrita do LOCADOR;
- Não transferir este contrato, nem sublocar ou emprestar o imóvel no todo ou em parte, sem obter o consentimento por escrito do LOCADOR, devendo no caso deste ser dado, agir oportunamente junto aos ocupantes a fim de que o imóvel esteja desimpedido no termo do prazo de vigência do presente contrato;
- Permitir que o LOCADOR examine ou vistorie o imóvel locado, mediante comunicação prévia, (Art. 23, IX da Lei 8.245/91);
- Exigir a comprovação anual da regularidade do CPF do LOCADOR perante o Ministério da Fazenda.
- Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- Outras obrigações previstas no RILC/CASAL e na Lei nº 8.245/91.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR: O LOCADOR obriga-se a



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- a) Entregar ao locatário o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina;
- b) Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;
- c) Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- d) Pagar as despesas anuais com IPTU do imóvel;
- e) Manter durante a vigência do contrato o seu CPF regular perante o Ministério da Fazenda;
- f) Vistoriar ou examinar o imóvel a qualquer tempo.
- g) Outras obrigações previstas no RILC/CASAL e na Lei 8.245/91.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO: Fica facultado ao LOCATÁRIO e o LOCADOR rescindir o presente contrato, depois de decorridos 12 (doze) meses de vigência do contrato de locação, sem o pagamento de multa contratual prevista neste contrato, desde que haja notificação com antecedência por escrito no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

13.1. As regras para a rescisão contratual devem observar o previsto nos arts. 209 a 212 do RILC/CASAL e na Lei nº 8.245/91.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES: As sanções serão aplicadas conforme previsão nos arts. 213 a 220 do RILC/CASAL.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS: Aplica-se ao presente instrumento a Lei 8.245/1991 e suas alterações, inclusive quanto aos casos omissos, e, somente de modo subsidiário, no que for compatível a lei nº 13.303/2016 e o RILC/CASAL no que couber, que são parte integrante deste contrato, independente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO: Quaisquer questões oriundas deste contrato serão dirimidas no Foro da Comarca da situação do imóvel, quaisquer que sejam os domicílios dos contratantes.

E, por estarem justas e acordes, as partes, assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Maceió,


19 de agosto de 2019

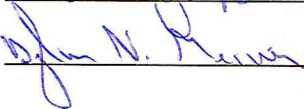

WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR
Diretor Presidente/CASAL.


VICTOR VIGOLVINO FIGUEIREDO
Vice-Presidente de Gestão Corporativa.

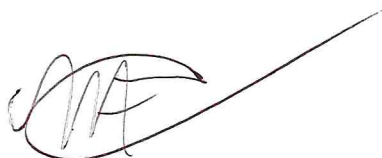

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DE MELO
CONTRATADO.

TESTEMUNHAS:











ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

ANEXO I
CONTRATO N° 91/2019
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

MÊS	VALOR (R\$)
1º MÊS	431,00
2º MÊS	431,00
3º MÊS	431,00
4º MÊS	431,00
5º MÊS	431,00
6º MÊS	431,00
7º MÊS	431,00
8º MÊS	431,00
9º MÊS	431,00
10º MÊS	431,00
11º MÊS	431,00
12º MÊS	431,00
VALOR TOTAL: R\$ 5.172,00	